



# Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 1996.

ANO XLIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 51.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 1996  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruemo, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Vilio, Angelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Reto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Thureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Renv Forsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

É com satisfação que anuncio em nosso meio os nobres colegas do vizinho Estado de Santa Catarina, Deputado Wilson Wandall, nosso futuro Prefeito de Blumenau e do Deputado Gervásio Maciel que é Secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e ao nosso representante junto com o Deputado Orlando Pessuti na representação da UPI com a nova organização que está surgindo. É com satisfação que temos no nosso meio estas duas figuras que sempre quando as delegações do Paraná lá vão, eles os acolhem com espírito catarinense que é predominante naquele povo irmão. Com satisfação anuncio também a presença de Fri Voltalini, ilustre Deputado do Município de Joinville. Também do Deputado Pirajá Ferreira, nosso candidato a Prefeito de Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFICIO N° 2.513/96

Curitiba, em 05.06.96.

Senhor Presidente.

Em atendimento à respeitável solicitação originária de Vossa Excelência, tenho a honra de comunicar que a análise preliminar da Prestação de Contas do Município de Morretes, do exercício financeiro de 1995, revelou a existência de várias irregularidades contábeis e administrativas, conforme Instrução n° 776/96-DCM, de 18 de abril de 1996, de fotocópia anexa.

O Município, no entanto, quando solicitado, não encaminhou qualquer esclarecimento, revelando descaso e desinteresse para com as questões levantadas, além de não se utilizar da faculdade prevista no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Em face disso, foi elaborado exame conclusivo da referida Prestação de Contas, que concluiu pela sua não aprovação, à luz da Instrução n° 927/96-DCM, de 13 de maio de 1996, anexa.

Reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
Presidente do T.C.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Of. n° 252

Curitiba, 18.04.96

Senhor Prefeito.

Permito-me comunicar a Vossa Senhoria que, exame preliminar realizado na Prestação de Contas desse Município, relativa ao exercício financeiro de 1995, protocolada neste Tribunal, sob n° 170730/96 de sua responsabilidade, revelou a necessidade de esclarecimentos complementares.

Anexo, segue cópia de Instrução n° 776/96 da Diretoria de Contas Municipais, deste órgão, a fim de serem remetidos os elementos e sanados ou justificados os fatos nela apontados.

Outrossim, ressalto que, em decorrência de disposição regimental desta Corte, fica estabelecido o prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento deste Ofício, para cumprimento das providências indicadas.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de alta

consideração.

(a) JOSÉ DE ALMEIDA ROSA  
Diretor

Ilmo. Sr. JÚLIO CEZAR SALOMÃO  
Prefeito Municipal de Morretes-PR.

PROTOCOLO N° : 170730/96-TC  
ORIGEM : MUNICÍPIO DE MORRETES  
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO  
EXERCÍCIO de 1995.

#### EXAME PRELIMINAR

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais vigentes, o Senhor Júlio Cezar Salomão, Prefeito Municipal de Morretes, através do Ofício n° 60/96, de 15.04.96, enviou a este Tribunal, para exame, o processo de prestação de contas do exercício financeiro de 1995.

Para que se possa realizar, integralmente, o exame técnico contábil e legal das contas desse Município, faz-se necessário diligenciar junto ao Sr. Prefeito, para que envie os documentos e/ou esclarecimentos a seguir discriminados:

#### I - DO EXECUTIVO MUNICIPAL

##### 01 - Remeter:

01.1 - Certidão de habilitação profissional do Contabilista responsável pela contabilidade, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

01.2 - Novos anexos 10, 11, 12, 13, 14 e 15, com as devidas assinaturas do Prefeito Municipal e do responsável pela contabilidade, mencionando o número de inscrição no CPC-PR.

01.3 - Novo anexo 11, apurando a diferença de R\$ 55.000,00 na somatória dos valores autorizados.

01.4 - Novo Balanço Patrimonial, assinado pelo Mandatário Municipal e pelo Contador responsável, bem como, incluindo o valor de R\$ 0,01 relativamente às ações mencionadas no balanço do exercício anterior. Desta forma, o Passivo Real Descoberto, passa para R\$ 1.441.309,60.

01.5 - Extrato evidenciando o saldo devedor junto ao PASEP, em 31 de dezembro de 1995.

01.6 - Cópia do Decreto Legislativo baixado em 1992, que fixa a remuneração do Prefeito e vice-Prefeito, para o mandato de 1993/1996.

01.7 - Demonstrativo das despesas realizadas com publicidade/propaganda, contendo as seguintes informações: Número da nota de empenho, órgão divulgador, tipo de publicidade e valor das despesas.

01.8 - Demonstrativo, mês a mês, do exercício de 1995, dos valores devidos à Previdência do Município, contendo as seguintes informações: Mês de referência dos valores retidos e dos repasses, valor devido da parte do empregador, data e valor

repassado ao Fundo (discriminado parte do servidor e parte do empregador), dotação utilizada para empenho da parte do empregador.

01.9 - Comprovantes, em página inteira, das publicações de Leis e Decretos de natureza orçamentária, inclusive da própria Lei de Meios para o exercício de 1995.

01.10 - Novo demonstrativo das contas do Ativo Permanente, incluindo o valor R\$ 0,01 - AÇÕES, relativamente ao saldo do exercício anterior e saldo atual.

##### 02 - JUSTIFICAR:

2.1 - A inexistência do Plano Plurianual, para os exercícios de 1994 a 1997.

#### 03 - DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Haja vista a inexistência do Decreto Legislativo, baixado em 1992, que fixa a remuneração do Sr. Prefeito Municipal e seu Vice, tomamos por base o valor devido em dezembro de 1994, onde constatamos a extrapolação dos valores pagos durante o exercício de 1995.

Desta forma, segue em anexo, tabelas dos cálculos efetuados, corrigidos até abril de 1996, onde verifica-se que o Prefeito Municipal deverá recolher aos cofres públicos, R\$ 12.006,65, enquanto o vice-Prefeito recolherá R\$ 6.000,39.

Alertamos, que os valores acima, estão corrigidos até o mês de abril de 1996, os quais sofrerão reajustes pelo INPS acumulado, por ocasião do efetivo mês de recolhimento.

#### II - DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

##### 01 - REMETER:

01.1 - Novo anexo II - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada, compatibilizada de acordo com o anexo II do Executivo Municipal.

02 - Em razão do solicitado acima, remeter também:

a) Novo balanço financeiro;

b) Nova consolidação dos balancetes financeiros;

c) Novos balancetes financeiros mensais;

d) Novo Demonstrativo das despesas empenhadas nos elementos 3.1.3.1 e 3.1.3.2.

##### 02 - DA REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES:

Por ocasião da análise nos pagamentos efetuados à Edilidade, a título de remuneração, constatamos, que a partir do mês de maio, houve extrapolação dos valores devidos.

Em anexo, seguem tabelas de cálculos, onde verifica-se, que o Presidente do Legislativo Municipal, deverá recolher aos

cofres públicos R\$ 229,50, enquanto os demais Vereadores recolherão R\$ 152,53.

Os valores acima, estão corrigidos até o mês de abril de 1996, os quais sofrerão correção pelo INPC até o efetivo mês do

recolhimento.

É a instrução.

Curitiba, 18 de abril de 1996.

(a) OSNIVALDO DE OLIVEIRA VARGAS  
Técnico de Controle Contábil

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

### TABELA DE REMUNERAÇÕES - EXERCÍCIO 1995

arq:tabmorr

#### A) SUBSÍDIO DO PREFEITO MUNICIPAL

MES	ÍNDICE	VALOR DEVIDO	VALOR RECEBIDO	DIFERENÇA
DEZ/94	1,0000	294,59		
JAN/95	1,0000	294,59	964,51	669,92
FEV	1,0000	294,59	964,51	669,92
MAR	1,0000	294,59	964,51	669,92
ABR	1,0000	294,59	964,51	669,92
MAI	1,1650	343,20	1.109,19	765,99
JUN	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
JUL	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
AGO	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
SET	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
OUT	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
NOV	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
DEZ	1,0000	343,20	1.109,19	765,99
TOTAL		3.923,94	12.731,56	8.807,62

#### B) VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

MES	VALOR DEVIDO	VALOR RECEBIDO	DIFERENÇA
JAN/95	58,92	192,90	133,98
FEV	58,92	192,90	133,98
MAR	58,92	192,90	133,98
ABR	58,92	192,90	133,98
MAI	68,64	221,84	153,20
JUN	68,64	221,84	153,20
JUL	68,64	221,84	153,20
AGO	68,64	221,84	153,20
SET	68,64	221,84	153,20
OUT	68,64	221,84	153,20
NOV	68,64	221,84	153,20
DEZ	68,64	221,84	153,20
TOTAL	784,79	2.546,32	1.761,53

MEMORIA DE CÁLCULO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES  
DA REMUNERAÇÃO DO PREFEITO (SUBSIDIO + V. REPRES.)  
ATÉ DEZEMBRO DE 1.995.

MES/ANO	DIFERENÇA (SUB+V.REP)	ÍNDICE DE ATUALIZ.	ATUALIZADO ATÉ DEZ/95
JAN/95	803,90	1,1944	960,16
FEV	803,90	1,1827	950,75
MAR	803,90	1,1662	937,53
ABR	803,90	1,1443	919,87
MAI	919,19	1,1156	1.025,43
JUN	919,19	1,0956	1.007,10
JUL	919,19	1,0693	982,92
AGO	919,19	1,0585	973,00
SET	919,19	1,0463	961,75
OUT	919,19	1,0318	948,47
NOV	919,19	1,0165	934,36
DEZ	919,19	1,0000	919,19
<b>TOTAL</b>	<b>10.569,15</b>		<b>11.520,53</b>
<b>ATUALIZAÇÃO</b>			
INPC Dez/95 até Abr/96		1,0417	12.000,65

C) VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO VICE-PREFEITO

MES	VALOR DEVIDO	VALOR RECEBIDO	DIFERENÇA
JAN/95	176,75	578,71	401,96
FEV	176,75	578,71	401,96
MAR	176,75	578,71	401,96
ABR	176,75	578,71	401,96
MAI	205,92	665,52	459,60
JUN	205,92	665,52	459,60
JUL	205,92	665,52	459,60
AGO	205,92	665,52	459,60
SET	205,92	665,52	459,60
OUT	205,92	665,52	459,60
NOV	205,92	665,52	459,60
DEZ	205,92	665,52	459,60
<b>TOTAL</b>	<b>2.354,36</b>	<b>7.639,00</b>	<b>5.284,64</b>

## TABELA DE REMUNERAÇÕES - EXERCÍCIO 1995

arq:tabcam

## A) REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

MES	INDICE	VALOR DEVIDO	VALOR RECEBIDO	DIFERENÇA
DEZ/94	1,0000	319,05		
JAN/95	1,0000	319,05	319,05	-
FEV	1,0000	319,05	319,05	-
MAR	1,0000	319,05	319,05	-
ABR	1,0000	319,05	319,05	-
MAI	1,1650	371,69	389,08	17,39
JUN	1,0000	371,69	389,08	17,39
JUL	1,0000	371,69	389,08	17,39
AGO	1,0000	371,69	389,08	17,39
SET	1,0000	371,69	389,03	17,34
OUT	1,0000	371,69	389,03	17,34
NOV	1,0000	371,69	389,03	17,34
DEZ	1,0000	371,69	389,03	17,34
TOTAL		4.249,75	4.388,64	138,89

MEMORIA DE CÁLCULO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES  
DA REMUNERAÇÃO DO VICE-PREFEITO - ATÉ DEZ/95

MES/ANO	DIFERENÇA V.REPRESENT.	ÍNDICE DE ATUALIZ.	ATUALIZADO ATÉ DEZ/95
JAN/95	401,96	1,1944	480,09
FEV	401,96	1,1827	475,38
MAR	401,96	1,1662	468,77
ABR	401,96	1,1443	459,94
MAI	459,60	1,1156	512,72
JUN	459,60	1,0956	503,56
JUL	459,60	1,0693	491,47
AGO	459,60	1,0585	486,51
SET	459,60	1,0463	480,88
OUT	459,60	1,0318	474,24
NOV	459,60	1,0165	467,19
DEZ	459,60	1,0000	459,60
TOTAL	5.284,64		5.760,33

## ATUALIZAÇÃO

INPC Dez/95 até Abr/96

1,0417

6.000,39

## B) VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

MES	VALOR DEVIDO	VALOR RECEBIDO	DIFERENÇA
JAN/95	160,84	160,84	
FEV	160,84	160,84	-
MAR	160,84	160,84	-
ABR	160,84	160,84	-
MAI	187,38	196,14	8,76
JUN	187,38	196,14	8,76
JUL	187,38	196,14	8,76
AGO	187,38	196,14	8,76
SET	187,38	196,14	8,76
OUT	187,38	196,14	8,76
NOV	187,38	196,14	8,76
DEZ	187,38	196,14	8,76
TOTAL	2.142,39	2.212,48	70,09

MEMORIA DE CÁLCULO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES  
ATÉ DEZEMBRO DE 1995.

## A) DA REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE(SUBSIDIO + V. REPRES.)

MES/ANO	DIFERENÇA (SUB+V.REP)	ÍNDICE DE ATUALIZ.	ATUALIZADO ATÉ DEZ/95
JAN/95	-	1,1944	-
FEV	-	1,1827	-
MAR	-	1,1662	-
ABR	-	1,1443	-
MAI	26,15	1,1156	29,17
JUN	26,15	1,0956	28,65
JUL	26,15	1,0693	27,96
AGO	26,15	1,0585	27,68
SET	26,10	1,0463	27,31
OUT	26,10	1,0318	26,93
NOV	26,10	1,0165	26,53
DEZ	26,10	1,0000	26,10
TOTAL	208,99		220,32

## ATUALIZAÇÃO

INPC Dez/95 até Abr/96 1,0417 229,50

## B) DA REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS VEREADORES

MES/ANO	DIFERENÇA	ÍNDICE DE ATUALIZ.	ATUALIZADO ATÉ DEZ/95
JAN/95	-	1,1944	-
FEV	-	1,1827	-
MAR	-	1,1662	-
ABR	-	1,1443	-
MAI	17,39	1,1156	19,40
JUN	17,39	1,0956	19,05
JUL	17,39	1,0693	18,59
AGO	17,39	1,0585	18,40
SET	17,34	1,0463	18,14
OUT	17,34	1,0318	17,89
NOV	17,34	1,0165	17,62
DEZ	17,34	1,0000	17,34
TOTAL	138,89		146,43

## ATUALIZAÇÃO

INPC Dez/95 até Abr/96 1,0417 152,53



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Diretoria de Contas Municipais*

PROTOCOLO Nº.: 170730/96-TC  
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1995  
INSTRUÇÃO Nº.: 927/96-DCM

**EXAME CONCLUSIVO**

**I - EXECUTIVO MUNICIPAL**

**1. ELEMENTOS DO PROCESSO**

- a) Prefeito Municipal Sr JULIO CEZAR SALOMÃO
- b) Responsável pela Contabilidade - Não há.

A documentação acostada à Prestação de Contas, não está assinada por profissional da área contábil, bem como, a municipalidade deixou de remeter certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, onde pudessemos constatar o nome do responsável.

- c) Protocolados anexos nºs. - Não há.

- d) Da Diligência:

Através da Instrução nº 776/96, solicitamos à municipalidade a remessa de documentos complementares e justificativas à Prestação de Contas do exercício de 1995.

Esgotado o prazo estipulado por este Tribunal, a Municipalidade não se pronunciou sobre o assunto.

**2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Aprovada pela Lei Municipal nº 1061/94, de 24.08.94, fls. 161/167

**2.2 - ORÇAMENTO ANUAL**

- a) Aprovado pela Lei Municipal nº 1091/94, de 26.09.94, fls. 168/170
- b) Receita / Despesa - R\$ 4.845.000,00



2.3 - ALTERAÇÕES / AUTORIZAÇÕES

- a) Créditos Suplementares - Lei nº 1091
- b) Créditos Especiais Não houve.
- c) Demonstrativo folhas 156.

RECURSOS	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	TOTAL
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00	0,00	0,00
Cancelamento de Dotações	189.000,00	0,00	189.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	189.000,00	0,00	189.000,00

2.4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - folhas 129

a) RECEITAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇAS
CORRENTES	4.652.000,00	2.211.351,58	-2.440.648,42
DE CAPITAL	193.000,00	756,72	-192.243,28
SOMA	4.845.000,00	2.212.108,30	-2.632.891,70
DÉFICIT	0,00	422.647,68	422.647,68
TOTAL	4.845.000,00	2.634.755,98	-2.210.244,02

b) DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉD. ORÇAMENT E SUPLEMENTARES	4.790.000,00	2.634.755,98	-2.155.244,02
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
SOMA	4.790.000,00	2.634.755,98	-2.155.244,02
SUPERÁVIT	55.000,00	0,00	-55.000,00
TOTAL	4.845.000,00	2.634.755,98	-2.210.244,02

c) RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS	R\$
Arrecadação a Menor	2.632.891,70
Economia de Dotações	2.155.244,02
Resultado - Déficit	422.647,68
Resultado em relação à receita	19,11%

## 2.5 - ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Detalhamento as folhas 05 à 128, 157 e 158.

## 2.6 - COMENTÁRIOS / CONSIDERAÇÕES

O anexo 11 apresenta diferença que refletiu na montagem no Balanço Orçamentário, onde figura um superávit indevido no valor de R\$ 55.000,00.

Havíamos solicitado nova documentação, por ocasião da diligência à origem, entretanto, tais documentos não foram apresentados.

## 3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 3 BALANÇO FINANCEIRO - folhas 130.

TÍTULOS	RECEITA	DESPESA
ORÇAMENTÁRIA	2.212.108,30	2.634.755,98
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	344.591,91	243.984,10
SALDOS		
- Caixa	0,27	34,49
Bancos	350.873,94	28.799,85
TOTAL	2.907.574,42	2.907.574,42

## 3.2 ANEXOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Detalhamento as folhas 134, 135 e 294 à 321.

## 4 EXECUÇÃO PATRIMONIAL

### 4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - folhas 132.

TÍTULOS	ATIVAS	PASSIVAS
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.212.108,30	2.634.755,98
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	151.413,48	682,04
INDEPEND. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	40.170,12	144.742,69
RESULTADO PATRIMONIAL Déficit	376.488,81	0,00
TOTAL	2.780.180,71	2.780.180,71

## 4.2 - BALANÇO PATRIMONIAL - folhas 131.

ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO		47.040,76
DISPONÍVEL	28.834,34	
Caixa	34,49	
Bancos	28.799,85	
REALIZÁVEL	18.206,42	
Salário Família	18.194,85	
Depósitos Judiciais	11,57	
PERMANENTE		57.958,28
Bens Móveis	583,02	
Bens Imóveis	165,10	
Bens de Natureza Industrial	0,19	
Dívida Ativa	57.209,96	
Ações	0,01	
SALDO PATRIMONIAL		
Passivo Real a Descoberto		1.441.309,60
TOTAL DO ATIVO		1.546.308,64

PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO		336.085,91
Restos a pagar	297.691,04	
Depósitos em consignação	38.394,87	
PERMANENTE		1.210.222,73
Dívida Fundada	24.855,54	
Confissões de Dívidas	1.185.367,19	
TOTAL DO PASSIVO		1.546.308,64

## 4.3 - ANEXOS DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Detalhamento as folhas 323 e 324.

## 4.4 - LICITAÇÕES - folhas 323 e 324.

Conforme justificativas às folhas 324, durante o exercício financeiro de 1995, não houve incorporações ao patrimônio do Município.

## 4.5 - CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

Conforme demonstrativo na forma do Anexo I, desta Instrução, observa-se a devida consolidação das contas patrimoniais, no encerramento do exercício de 1995.

## 5. - CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 5.1 - DESPESAS COM ENSINO

a)	Receita - Base de Cálculo		2.101.734,61 - fls. 06
b)	Limite Mínimo	25%	525.433,65
c)	DESPESA REALIZADA	30,48%	640.602,80 - fls. 123

### 5.2 - DESPESAS COM PESSOAL

a)	Receita - Base de Cálculo		2.211.351,58 - fls. 05
b)	Limite Máximo	60%	1.326.810,95
c)	DESPESA REALIZADA	40,95%	905.625,59 - fls. 53

### 5.3 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

A documentação remetida pelo Município, apresenta-se incompleta, dificultando a correta análise das contas.

### 5.4 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- a) Não houve aplicações no mercado financeiro durante o exercício

### 5.5 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - folhas 152 à 154.

RECEITA ARRECADADA	R\$	1.186.343,13
DESPESA REALIZADA	R\$	1.169.106,77
SALDOS		
Fundo de Partic. dos Municípios	R\$	27.757,41
I.T.R.	R\$	3,79

### 5.6 - REMUNERAÇÕES DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

- a) FIXAÇÃO

Decreto Legislativo - Não acompanha a Prestação de Contas.

PREFEITO	Subsídio	6.000.000,00
	Representação	0
VICE-PREFEITO	Representação	0
REAJUSTES	Servidores Municipais	

b)	RECEBIMENTO NO EXERCÍCIO	(fls. 145 e 146.)		
			R\$	
	PREFEITO	Subsídio	12.731,56	
		Representação	2.546,32	15.277,88
	VICE-PREFEITO	Representação	7.639,00	

c) CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista a falta do Decreto que fixa a remuneração do Mandatário Municipal e seu Vice, procedemos a análise da remuneração dos agentes políticos, com base nos valores mencionados na Prestação de Contas do Exercício de 1993.

Considerando a extrapolação dos valores devidos, solicitamos os recolhimentos aos cofres do Município, o que até esta data não foi comprovado.

d) VALORES DEVIDOS EM DEZEMBRO/1994

	R\$
Subsídio do Prefeito	343,20
Representação do Prefeito	221,84
Representação do Vice-Prefeito	205,92

### 5.7 - PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Na Prestação de contas, não há demonstrativo de repasses à Previdência do Município. Diante disto, solicitamos tal documento ou justificativas da não emissão do mesmo.

Repetindo, a municipalidade não protocolou justificativas às nossa indagações.

### 5.8 - DA AUDITORIA

Por determinação da Portaria nº 532/95-TC, de 11 de outubro de 1995, e por solicitação da Juíza de Direito da Comarca de Morretes, Dra. Christine Kampmann Bittencourt, foi procedida auditoria junto ao Executivo Municipal objetivando apurar possíveis irregularidades apontadas.

Conforme relatório, permanecem os indícios de irregularidades, haja vista a não apresentação de documentos comprobatórios dos fatos, tanto da parte do Prefeito Municipal, quanto do responsável pela contabilidade, que alegou dificuldades em encontrar a documentação.

## II - LEGISLATIVO MUNICIPAL

### 1. - ELEMENTOS DO PROCESSO

- a) Presidente, Vereador CÍCERO LUIS CONSENTINO
- b) Responsável pela Contabilidade, Sr. Mrcos Flávio Malucelli  
CRC-PR nº 33912 - Certidão folhas 326
- c) Protocolados anexos - não há.
- d) Da Diligência:

A exemplo do Executivo Municipal, o Legislativo deixou de apresentar documentos solicitados em diligência.

### 2. - DOS RESULTADOS - folhas 327

DESPESA AUTORIZADA	277.000,00
DESPESA REALIZADA	
Pessoal e Encargos	55.552,21
Material de Consumo	850,00
Serviços de terceiros e Encargos	15.646,90
Transferências	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00
TOTAL DA DESPESA	72.049,11

#### 2.1 - COMENTÁRIOS/CONSIDERAÇÕES

O anexo 11 do Legislativo Municipal, não está compatibilizado de acordo com o anexo 11 do Executivo.

Em face do ocorrido, o Balanço Financeiro e demais peças contábeis não guardam exatidão.

### 3. - BALANÇO FINANCEIRO - folhas 328

TÍTULOS	RECEITA	DESPESA
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	44.483,59	72.049,11
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Restos a pagar	48.939,51	21.373,99
Depósitos em consignação	0,00	0,00
SALDOS		
Bancos	0,27	0,27
TOTAL	93.423,37	93.423,37

**4. - REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES****4.1 - FIXAÇÃO**

Resolução nº 02/92, de 02/09/92, folhas 368

Subsídio dos Vereadores	CR\$ 2.000.000,00
Verba de Representação do Presidente	CR\$ 800.000,00
Reajustes: Servidores Municipais	

**4.2 - RECEBIMENTOS (folhas 376 e 377)**

	R\$
Valor total percebido no exercício	43.826,43
Valor recebido por Edil	4.388,64
Percentual em relação à receita orçamentária	2%

**4.3 - COMENTÁRIOS**

Ao analisarmos os pagamentos efetuados à Edilidade, constatamos que, a partir do mês de maio, houve extrapolação nos valores pagos.

Tendo em vista que não houve os recolhimentos solicitados, aos cofres do Município, permanece a irregularidade apontada na Instrução nº 776/96.

**4.4 - VALORES DEVIDOS EM DEZEMBRO DE 1994**

	R\$
Subsídio por Vereador	371,69
Representação do Presidente	187,38

**III - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

VOLUME Folhas 380 à 424

**1. ELEMENTOS DO PROCESSO**

- a) Ordenador da despesa Sr. JULIO CEZAR SALOMÃO
- b) Responsável pela Contabilidade Sr. Adolfo Zanon Filho  
CRC-PR nº 15721 - Certidão folhas 385.
- c) Protocolados anexos - Não há.

**2.1 - ORÇAMENTO ANUAL**

- a) Aprovado pela Lei Municipal nº 1091/94, de 26.09.94, folhas 168/170
- b) Receita / Despesa - R\$ 450.000,00

## 2.2 - ALTERAÇÕES / AUTORIZAÇÕES

- a) Créditos Suplementares - Decreto nº 1091/94
- b) Créditos Especiais - Não houve.
- c) Demonstrativo:

RECURSOS	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	TOTAL
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Excesso de Arrecadação	0,00	0,00	0,00
Cancelamento de Dotações	16.000,00	0,00	16.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	16.000,00	0,00	16.000,00

## 2.3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - folhas 399

### a) RECEITAS

TÍTULOS	PREVISÃO	ARRECADACÃO	DIFERENÇAS
CORRENTES	134.750,00	120.591,51	-14.158,49
DE CAPITAL	1.250,00	0,00	-1.250,00
TOTAL	136.000,00	120.591,51	-15.408,49

### b) DESPESAS

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉD. ORÇAMENT. E SUPLEMENTARES	136.000,00	98.743,00	-37.257,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
SOMA	136.000,00	98.743,00	-37.257,00
SUPERÁVIT	0,00	21.848,51	21.848,51
TOTAL	136.000,00	120.591,51	-15.408,49

c) RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS	R\$
Arrecadação a Menor	15.408,49
Economia de Dotações	37.257,00
Resultado - Superávit	21.848,51
Resultado em relação à receita	18%



## 2.4 - ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Detalhamento as folhas 386 à 398

## 3. - EXECUÇÃO FINANCEIRA

## 3.1 - BALANÇO FINANCEIRO - folhas 400

TÍTULOS	RECEITA	DESPESA
ORÇAMENTÁRIA	120.591,51	98.743,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.736,92	26.822,88
SALDOS		
- Caixa	0,00	0,00
- Bancos	237,45	0,00
TOTAL	125.565,88	125.565,88

## 3.2 - ANEXOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Detalhamento as folhas 405 à 418

## 3.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- a) Não houve aplicações no mercado financeiro neste exercício.

## 4. EXECUÇÃO PATRIMONIAL

## 4.1 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - folhas 402

TÍTULOS	ATIVAS	PASSIVAS
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	120.591,51	98.743,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	6,76
INDEPEND. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL Superávit	0,00	21.841,75
TOTAL	120.591,51	120.591,51

## 4.2 - BALANÇO PATRIMONIAL - folhas 401

ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO		0,00
SALDO PATRIMONIAL		
Passivo Real a Descoberto		0,00
TOTAL DO ATIVO		0,00
PASSIVO		
TOTAL DO PASSIVO		0,00

## 4.3 - ANEXOS DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Detalhamento as folhas 422 e 423.

## 4.4 - LICITAÇÕES - folhas 422 e 423

As incorporações ao patrimônio durante o exercício estiveram isentas de procedimentos licitatórios.

## IV - COMENTÁRIOS GERAIS

Conforme já mencionado nos diversos itens desta Instrução, tornou-se prejudicada a análise das contas do Município em tela, haja vista o não cumprimento da Instrução nº 776-96-DCM., onde solicitávamos a complementação de documentos e informações à referida Prestação de Contas.

Contra o Executivo Municipal, pesa ainda, o informado no item 5.8, onde consta a realização de auditoria, permanecendo os indícios de irregularidades devido a não apresentação de documentos.

As alegações à época, eram de que haviam dificuldades em encontrar a documentação solicitada pelo analista que procedeu a precitada auditoria.

## CONCLUSÃO

Diante da análise procedida na Prestação de Contas do Município de **MORRETES**, relativa ao exercício financeiro de 1995, concluímos que as contas do EXECUTIVO e LEGISLATIVO Municipais, abrangendo o Fundo Municipal de Saúde, encontram-se Irregulares, face ao contido no item IV-Comentários Gerais.

É a Instrução.

DCM., em 13 de maio de 1996

  
OSNIVALDO DE OLIVEIRA VARGAS  
Técnico de Controle Contábil

Curitiba, quarta, em 05.06.96

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

ANEXO 1

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS				PREFEITURA MUNICIPAL DE MORETES			
	ANEXO 14	ANEXO 13	ANEXO 15	ANEXO 14			
TÍTULOS	EXERCÍCIO DE 1994	ORÇAMENTÁRIA	INDEP. EXEC. ORÇAMENT.	EXERCÍCIO DE 1995			
	ATIVO	PASSIVO	RECEITAS	DESPESAS	ATIVAS	PASSIVAS	ATIVO
FINANCEIRO DISPONÍVEL	360.424,89		2.212.108,30	2.634.755,98			47.040,76
Caixa	360.873,94						28.834,34
Bancos	0,27						34,49
REALIZÁVEL	9.550,68		344.591,91	243.984,10			28.799,85
Sal. Família/Maternidade	9.531,91		7,20	8.662,94			18.206,42
Depósitos Judiciais	11,57		0,00	8.662,94			18.194,85
Respons. p/Adiantamentos	7,20		7,20	0,00			11,57
PASSIVO							0,00
Restos a Pagar		226.822,36	344.584,71	235.321,16			336.085,91
Depós. Consignações		213.428,68	297.691,04	213.428,68			297.691,04
		13.393,68	46.893,67	21.892,48			38.394,87
MUTUAÇÕES PATRIMONIAIS				VARIAC. INDEPENDENTES			
			157.413,48	682,04	40.170,12	144.742,69	57.958,28
PERMANENTE	18.470,20		0,00	682,04	40.170,12	0,00	583,02
Bens Móveis	583,02		0,00	0,00	0,00	0,00	165,10
Bens Imóveis	165,10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,19
Bens de Natureza Indl.	0,19		0,00	0,00	40.170,12	0,00	57.209,96
Dívida Ativa	17.721,86		0,00	682,04	0,00	0,00	0,01
Ações	0,01		0,00	0,00	0,00		
PASSIVO PERMANENTE		1.216.893,52	151.413,48	0,00	0,00	144.742,69	1.210.222,73
Dívida Fundada		24.988,34	7.475,17	0,00	0,00	7.342,37	24.865,54
Confissões de Dívidas		1.191.905,18	143.938,31	0,00	0,00	137.400,32	1.185.367,19
SALDO PATRIMONIAL PASSIVO REAL DESCOB.	1.064.820,79						1.441.309,60

Mensagens:

TRANSMISSÃO Nº 049/96

Curitiba, 29 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas pertinentes ao sanitário animal no Estado do Paraná.

A pecuária, é de notório conhecimento, representa parcela fundamental para a economia paranaense no mais amplo sentido, desde a produção de alimentos, geração de empregos pelas indústrias e comércio decorrentes, assim como no crescimento das exportações.

Conseqüentemente o sanitário animal é básico e imprescindível para manutenção e ampliação desse elemento tão importante à economia do Estado e da Sociedade.

Por tal razão é que o Estado do Paraná, desde 1969 legisla estabelecendo regras sobre a matéria, aprimorando as normas básicas em 1978 através da Lei nº 7.065/78 e sentindo-se compelido agora a atualizar, otimizar e aprimorar tal legislação, considerando-se em abono aos propósitos do presente projeto, que a norma básica federal ainda é a editada em 1934.

Como também é do conhecimento de toda comunidade, o Mercado Internacional é intransigente na aceitação de produtos de origem animal, oriundos de Países ou Estados, nos quais ocorrem determinadas doenças em espécies, cuja carne e derivados sejam utilizados na alimentação humana.

Portanto, se o Paraná pretende manter-se na concorrência do referido Mercado, como também na produção de alimentos para consumo interno, não pode descuidar das medidas e ações, cada vez mais atualizadas, em defesa do sanitário animal.

Por outro lado, vale destacar que os grupos técnicos e os administradores da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a qual incumbe a execução de todas as medidas de proteção da saúde animal através do controle, do combate e da erradicação das doenças, constataram que a legislação vigente, embora ainda inútil, tem que ser urgentemente atualizada e aprimorada para que supra todas as necessidades e estabeleça os meios adequados para tão importante incumbência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.96.

(a) ANIPAL KHURY

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Defesa Sanitária Animal, como instrumento fundamental à produção e produtividade da pecuária, é competência do Estado, cabendo-lhe a definição e a execução das normas do sanitário animal para o Estado do Paraná.

§ 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à defesa sanitária animal, entre as quais a profilaxia, o controle ou a erradicação de doenças com a eliminação ou não de animais, a critério técnico das autoridades competentes.

§ 2º - Os procedimentos e práticas de defesa sanitária animal são consideradas ações de interesse público.

Art. 2º - A defesa sanitária animal, fundamentada em estudos, pesquisas e experimentos dos órgãos oficiais específicos ou por eles referendados, será efetuada:

I - através de programas, de projetos, de campanhas ou de procedimentos similares de prevenção que visem alcançá-la pelo controle ou pela erradicação de pragas e/ou doenças de animais, de importância estratégica para a pecuária paranaense.

II - pela aprovação e execução de regras e normas que estabeleçam procedimentos zoonosológicos e de manejo, em toda sua amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Animal serão pautados por normas de proteção à saúde animal, ao meio ambiente e à saúde humana.

Art. 3º - Cabe aos proprietários rurais, parceiros, proprietários de lojas veterinárias ou responsáveis, proprietários de depósitos ou responsáveis, transportadora, frigoríficos, abatedouros e indústrias de produtos, subprodutos e derivados, o cumprimento das disposições e das regras pertinentes, estabelecidas nesta Lei, em seu regulamento e nas demais normas aplicáveis para o Estado do Paraná.

§ 1º - Os proprietários ou todos aqueles que a qualquer título tiverem animais em seu poder ou guarda ficam obrigados a efetuar as vacinações regulamentares e/ou medidas preventivas de enfermidades, bem como a colaborar no levantamento do próprio rebanho, executando os serviços de campo necessários ao combate às doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, objetos de programas devidamente regulamentados pela SFAB.

§ 2º - Os proprietários, os transportadores, os depositários de animais ou os profissionais ligados à agropecuária, ficam obrigados a notificar a existência de focos de doenças ao serviço de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sob pena de interdição da propriedade, sem prejuízo da

aplicação de multas cabíveis.

Art. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas, enunciadas no artigo anterior, que deixarem de executar as necessárias medidas de defesa sanitária animal, estabelecidas em lei ou em regulamento, ressarcirão o Estado pela realização plena dos procedimentos prestados.

Art. 5º - Ao Estado com seu poder de polícia sanitária e administrativa é assegurado o livre acesso, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aos locais que contenham animais, seus produtos e subprodutos, bem como ao comércio de produtos veterinários.

Art. 6º - As infrações a esta lei e as demais aplicáveis, emanadas da autoridade competente, são passíveis das seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - a multa
- III - proibição do comércio
- IV - interdição da propriedade rural, de recinto de eventos agropecuários e de estabelecimentos, e
- V - vedação do Crédito Rural, através dos agentes financeiros oficiais do Estado.

§ 1º - As multas serão aplicadas por infrações cometidas proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 2º - O Poder Executivo Estadual mediante regulamento estabelecerá os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas neste artigo, em valor a variar entre 02 (duas) Unidades Padrões Fiscais - UPP's, ao máximo a 1.000 (mil) UPP's, ou de índice que venha a substituí-la.

§ 3º - Em caso de reincidência as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 7º - O infrator que deixar de recolher a multa devida será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para a consequente execução na forma da Lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante solicitação da SEAB, efetuará a inscrição de que trata este artigo, para fins de execução.

Art. 8º - Os autos de infração à presente Lei serão lavrados pelos servidores do quadro de fiscais da SEAB, devidamente credenciados.

Art. 9º - A SEAB poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para o financiamento e a perfeita execução das ações de profilaxia, controle e erradicação de enfermidades, inclusive para as indenizações decorrentes do sacrifício e/ou abate sanitário dos animais, mediante determinação e coordenação do próprio órgão.

Art. 10 - Ficam instituídas taxas para o custeio dos serviços previstos nesta Lei e pelo exercício do poder de polícia de vigilância epidemiológica, visando ao com-

bate das doenças infecto-contagiosas e parasitárias que atacam os animais.

§ 1º - Constituem fato gerador das taxas:

- a) a vacinação de animais, efetuada pelo Estado ou Entidade conveniada;
- b) a realização de exames;
- c) a confecção e atualização de cadastros;
- d) a vigilância epidemiológica exercida em estabelecimentos de criação, de produção e de comercialização de animais, e seus produtos e subprodutos, inclusive comércio de produtos veterinários.

§ 2º - Caracteriza-se como sujeito passivo das taxas e pessoa física ou jurídica, a quem for prestado o serviço, ou o proprietário de animais, o promotor de eventos agropecuários, o comerciante de animais, de produtos de origem animal e de produtos de uso veterinário, submetidos ao poder de polícia e vigilância epidemiológica.

Art. 11 - O Estado estabelecerá o valor das taxas cobradas pela prestação de serviços na área de saúde animal, que serão revertidas em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O valor das taxas referidas neste artigo será estabelecido pela SEAB, em comum acordo com o Conselho Estadual de Saúde Animal.

Art. 12 - O produto das multas, taxas e serviços decorrentes desta Lei será recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP devendo reverter-se em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O produto das taxas de serviços, a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser recolhido a instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas à SEAB, desde que revertidos integralmente aos programas de sanidade animal.

Art. 13 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará os procedimentos administrativos e operacionais necessários à execução da presente Lei.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.065/78 e demais disposições em contrário.

MENSAGEM nº 050/96

Curitiba, 30 de maio de 1996.  
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.305, de 28 dezembro de 1995, cumprimento a essa Egrégia Assembleia Legislativa que foi expedido o Decreto nº 1.641, de 08 de março de 1996.

O referido Decreto, cujo teor tenho a

honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução do Programa de Informática Educativa, de acordo com os convênios assinados entre a SENTEC/MEC

e a Secretaria de Estado da Educação.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões de meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) ANIBAL KHURY.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		1641	FL. 01
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO N.			RS 1,00
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DC
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I
I 2134	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I
I	IADMINISTRATIVA - SEED	I 3121.00	I07ILI	10.000	I0192
I	I	I 3132.15	I07ILI	10.000	I0192
T O T A L				20.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		1641	FL. 01
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO N.			RS 1,00
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN.DC
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP
I 3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I
I 2137	IADMINISTRACAO DE CENTROS DE	I	I I I		I
I	ITREINAMENTO	I 3121.00	I07ILI	20.000	I0192
T O T A L				20.000	I

### DECRETO N° 1641

O Governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10 inciso III da Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995.

#### D E C R E T A :

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para

cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento(s) de dotação (ões), conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 08.03.96,

175° da Independência e 108° da República.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

MENSAGEM Nº 051/96

Curitiba, 30 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender despesas de exercícios anteriores com INSS da Secretaria de Estado da Educação.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa rei-

tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) ANIBAL KHURY

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I
I DA DESPESA				R\$ 1,00		I
I	I	INATUREZA	IL I			IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI			ICOP I
I 2500	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I			I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	I	I I I			I I
I	I	I	I I I			I I
I 2501	I ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	I	I I I			I I
I 2082	I ATENDIMENTO A PROGRAMAS ESPECIAIS	I 3192.00	I 01 I I	2.600.000		I 0838 I
T O T A L				I 2.600.000		I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I
I DA DESPESA				R\$ 1,00		I
I	I	INATUREZA	IL I			IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI			ICOP I
I 1900	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I I I			I I
I	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I I I			I I
I	I	I	I I I			I I
I 1901	I PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I I I			I I
I	I MULTISSETORIAIS	I	I I I			I I
I 2999	I RESERVA DE CONTINGENCIA	I 4130.99	I 01 I I	2.600.000		I 0838 I
T O T A L				I 2.600.000		I

MESSAGEM Nº 052/96

Curitiba, 30 de maio de 1996.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, órgão integrante da Secretaria de Estado da Fazenda.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, segundo expediente a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, as alterações propostas decorrem basicamente de observações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado, em que se questiona, entre outras, a participação dos suplentes nas sessões de julgamento e a atual vinculação da gratificação ao salário mínimo.

Com as alterações propostas, pretende-se: a) desvincular o valor da gratificação do salário mínimo, pois esta vinculação está eivada do vício de inconstitucionalidade; b) consubstanciar que o mandato atribuído aos funcionários públicos, como Vogais ou Representantes da Fazenda Pública, constitua encargo adicional aos seus cargos efetivos, regulamentando a gratificação percebida pelos mesmos; c) aumentar em 2 (dois) o número de Representantes da Fazenda Pública junto ao CCRF, pois com o aumento da atividade fiscal no Estado do Paraná, determinado pelo preenchimento dos claros que existiam na Coordenação da Receita do Estado e do crescimento da atividade econômica no Estado, aumentou-se o número de processos fiscais, sobrecarregando os atuais Representantes; e d) possibilitar que, em caráter temporário, sejam convocados os Suplentes a participar de julgamentos, o que é imperioso ante o grande acúmulo de processos em trâmite no colegiado aguardando julgamento.

A introdução do § 9º ao artigo 3º, visa permitir que os Vogais e Suplentes, representantes dos contribuintes, quando forem advogados, sejam nomeados de conformidade com o estabelecido no Estatuto da OAB, para que, se assim entenderem, não ocorra a incompatibilidade prevista no art. 28, II, do Estado da OAB.

Certo de que o anteprojeto de lei em causa merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) ANIBAL KHURY

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Art. 1º - A Lei Complementar nº 1, de

2 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, com as modificações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 18, de 29 de dezembro de 1983, 36, de 30 de março de 1987 e 45, de 24 de maio de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O "caput" do art. 3º e o seu parágrafo 1º passam a ter a seguinte redação, acrescentando-se-lhe os parágrafos 3º e 9º:

"Art. 3º - O Corpo Deliberativo será composto por doze Vogais, um Presidente, um 1º vice-Presidente, um 2º vice-Presidente e um 3º vice-Presidente.

§ 1º O Presidente do CCRF será substituído, em suas faltas e impedimentos, sucessivamente pelo 1º vice-Presidente, 2º vice-Presidente e 3º vice-Presidente."

"§ 8º - Na ausência dos titulares ou, em caráter temporário, quando ocorrer acúmulo de processos superior à quantidade julgada nos três meses anteriores, o Presidente do Conselho convocará os Suplentes para atuarem nos julgamentos e integrar a composição das Câmaras, participando inclusive da distribuição de processos.

§ 9º - Os Vogais representantes dos contribuintes e seus Suplentes, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, terão suas indicações efetuadas na forma determinada por esse órgão."

II - O art. 5º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Os membros do Corpo Deliberativo terão assegurados todos os direitos e vantagens dos cargos que ocupam e relativos à função pública, sendo o caso, como se no seu efetivo exercício estivessem, e, a título de encargo adicional, perceberão uma gratificação mensal de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) equivalentes a vinte sessões.

§ 1º - A gratificação prevista neste artigo é de natureza eventual, não se incorpora ao vencimento do cargo efetivo e nem será considerada para efeitos de aposentadoria ou para base de cálculo de qualquer vantagem financeira.

§ 2º - A percepção da gratificação referida neste artigo será atribuída mensalmente ao membro, de acordo com a sua produção individual de serviços, de conformidade com os critérios fixados em Resolução do Secretário da Fazenda.

§ 3º - Compete ao Secretário da Fazenda autorizar o pagamento da gratificação referida neste artigo.

§ 4º - O Presidente do Conselho perceberá, ainda, a título de representação, gratificação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

§ 5º - O Vice-Presidente ou Vogal que exercer a Presidência do CCRF por trinta dias consecutivos terá o direito à percep-



ção da gratificação a que se refere o parágrafo anterior, no período.

§ 6º - Os valores das gratificações previstas nesta Lei, serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do quadro geral dos funcionários públicos do Estado".

III - O art. 6º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - O Corpo Deliberativo do CCRF poderá funcionar de forma plena ou em câmaras, garantida sempre a participação paritária.

§ 1º - O Corpo Deliberativo decidirá por maioria de votos, cabendo ao Presidente apenas o desempate.

§ 2º - Perderá o mandato o Vogal ou Suplente que:

a) retiver, além dos prazos legais ou regimentais, para relatar ou para redigir o acórdão do respectivo julgamento, mais de 10 (dez) processos, salvo por motivo justificado;

b) procrastinar, sem motivo justificado, o julgamento ou outros atos processuais ou praticar, no exercício da função, quaisquer atos de comprovado favorecimento;

c) deixar de comparecer, sem motivo justificado, a seis sessões consecutivas, ou doze alternadas, durante o ano, salvo por motivo justificado;

d) sendo representante da Fazenda Pública Estadual, for removido para outro órgão que não for subordinado a Secretaria da Fazenda, se licenciar para tratar de interesses particulares, se aposentar, se exonerar ou for demitido de seu cargo efetivo durante o mandato.

§ 3º - Nas hipóteses do parágrafo anterior, o Presidente do CCRF deverá comunicar o fato ao Secretário da Fazenda.

§ 4º - A perda do mandato será declarada pelo Governador do Estado, atendendo à comunicação do Secretário da Fazenda, ou às conclusões de inquérito administrativo instaurado para apuração do fato referido na letra "b" do § 2º.

VI - O art. 9º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º - Junto a CCRF oficialarão oito representantes da Secretaria da Fazenda, designados pelo Secretário da Fazenda e por ele livremente demissíveis.

Parágrafo Único - A designação dos representantes a que alude este artigo recairá em servidores da Secretaria da Fazenda, de reconhecida idoneidade e competência em matéria tributária, os quais, enquanto servirem no CCRF, poderão ser dispensados de suas funções ordinárias".

V - O "caput" do art. 10 e seu parágrafo 2º passam a ter a seguinte redação:

"Art. 10 - Os representantes da Secretaria da Fazenda, terão assento junto ao

Plenário".

"§ 2º - Os representantes da Secretaria da Fazenda terão direito a vantagem de que trata o "caput" do art. 5º, sem prejuízo do disposto nos seus §§ 1º e 2º."

VI - Fica acrescentado ao art. 22 o parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O Regimento de que trata este artigo fica sujeito à homologação pelo Secretário da Fazenda".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 053/96

Curitiba, 30 de maio de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar o anexo Projeto de Lei destinado à institucionalizar as atividades do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, segundo o modelo de um ente de cooperação paraestatal sob a administração, supervisão e coordenação geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano.

A Administração Pública Brasileira encontra-se envolvida em um amplo e profundo processo de reforma do aparelho do Estado, buscando a reduzir o número de órgãos e entidades e o uso de novos modelos jurídico-institucionais, que tragam maior flexibilidade gerencial e efetividade de ações, mantidos os controles governamentais e da sociedade.

Com o objetivo de institucionalizar e aperfeiçoar a administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano, o presente Projeto de Lei tem por finalidade principal auxiliar os governos municipais, cada vez mais assediados pelas expectativas crescentes das comunidades, a atender melhor sua população através de projetos que resultem em melhoria de seu bem-estar social e econômico, prioritariamente em áreas como a habitação, saneamento, saúde e lazer, pela viabilização de políticas compensatórias eficazes.

O Estado que os brasileiros desejam precisa de eficácia gerencial para aplicar bem os seus recursos, produzindo os resultados de melhoria dos padrões de vida que a população merece. Na medida em que cresce a convicção de que o Estado não foi constituído para manter estruturas burocráticas onerosas, estou propondo a extinção da autarquia FAMEPAR e a institucionalização do FDU como sua sucessora, sob a forma de um ente de cooperação paraestatal, dotado de personalidade jurídica de Direito Privado que, em regime de delegação e desconcentração realizará, mediante Contrato de Gestão, os elevados ob-

objetivos econômico e sociais pretendidos pelo Estado do Paraná ao formalizar programas de cooperação técnica, econômica e financeira com seus Municípios.

O órgão de cooperação ora proposto, assume a forma de serviço social autônomo, modelo que já foi adotado pela Rede SARAH, liderada pelo Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, através da transformação da Fundação das Pioneiras Sociais, tendo o novo ente, mediante Contrato de Gestão com o Ministério da Saúde, a incumbência de gerir seus recursos com plena autonomia administrativa e financeira e remunerar o seu pessoal pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Data venia, o modelo de serviço social autônomo parece organicamente apropriado para a realização dos objetivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do FDU. Além de extinguir uma autarquia e, tornar o titular da Pasta também o Gestor Executivo do FDU, o novo ente permitirá aproximar, ainda mais, a decisão da execução, da avaliação e do controle de resultados.

O Contrato de Gestão a ser assinado entre o Chefe do Poder Executivo e o Gestor do FDU, especificará as metas a serem atingidas e os parâmetros de desempenho operacional e administrativo a serem observados.

Estou certo da compreensão da medida ora proposta, que possibilitará aos Municípios encontrar no FDU, agora dotado de autonomia plena, meios ágeis e altamente profissionalizados para executar seus projetos e satisfazerem as suas coletividades.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.06.96.

(a) ANIRAL KHUPY

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, na modalidade serviço social autônomo, a PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, tendo como missão captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná e a prestar assistência institucional e técnica aos Municípios Paranaenses.

§ 1º - No texto desta Lei, as expressões Serviço Social Autônomo Paranacidade e o vocábulo Paranacidade se equivalem como denominação.

§ 2º - O Paranacidade tem sede e foro na Cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

§ 3º - O prazo de duração do Paranacidade é indeterminado.

§ 4º - O exercício financeiro do Paranacidade coincide com o ano civil.

§ 5º - O Paranacidade rege-se por esta Lei e por seu Estatuto.

Art. 2º - O Serviço Social Autônomo Paranacidade tem por objetivos:

I - gerir o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988;

II - promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos Municípios Paranaenses, em consonância com diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos Municípios;

IV - financiar intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das Municipalidades;

V - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, técnicos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VI - incentivar os Municípios a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-la.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - extinguir a autarquia Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), cujo patrimônio será transferido, mediante cessão de uso, ao Serviço Social Autônomo Paranacidade;

II - Constituir Comissão para proceder à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta Lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 4º - O inventário dos bens e do acervo físico e documental integrante do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) e a apuração de seus direitos e obrigações será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, e observará, além as exigências e formalidades regulamentares aplicáveis à espécie, o seguinte:

I - o inventariante será nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) que, durante o período de inventariação, representará o FAMEPAR,

ativa e passivamente em Juízo ou fora dele;

II - as questões, os direitos e as obrigações objeto de pendências judiciais em que o FAMEPAP seja autor, réu, ou litisconsorte, passarão a ser de responsabilidade do Estado, representado pelo Procurador Geral.

Art. 5º - O Serviço Social Autônomo Paranacidade terá como patrimônio inicial os bens e o acervo físico transferidos pelo Estado, mediante cessão de uso, bem como a documentação, os direitos e as obrigações originárias da extinção do Instituto de Assistência dos Municípios do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Paranacidade adotará as medidas necessárias à manutenção e ao prosseguimento dos objetivos e das atividades do extinto FAMEPAP.

Art. 6º - O Serviço Autônomo Paranacidade vincular-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir, e os termos do Contrato de Gestão, que com o Estado subscreve, conforme previsto nesta Lei.

Art. 7º - A direção superior do Serviço Social Autônomo Paranacidade é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e de controle, composto por 1 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes;

II - pela Diretoria Executiva, composta por um Presidente, por um Diretor de Operações e por um Diretor de Administração e Finanças.

§ 1º - O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) é o membro honorário do Conselho de Administração.

§ 2º - São membros natos do Conselho de Administração do Paranacidade:

- a) o Secretário de Estado da Fazenda;
- b) o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- c) o representante indicado pela Federação das Associações de Municípios do Paraná.

§ 3º - São membros efetivos do Conselho de Administração do Paranacidade:

- a) um representante indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, seção do Paraná;
- b) um representante indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
- c) um representante indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná;
- d) um representante indicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná.

§ 4º - O Secretário de Estado do De-

envolvimento Urbano, na condição de membro honorário, participará das reuniões do Conselho de Administração do Paranacidade, com direito a voz e sem direito a voto.

§ 5º - Os membros natos e efetivos, e respectivos suplentes do Conselho de Administração, uma vez cumpridas as formalidades de registro público do Paranacidade, reunir-se-ão, pela primeira vez, sob a presidência de Conselheiro designado ad hoc, pelos seus pares, para escolherem o seu Presidente e o seu Secretário, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos e assinarem Termo de Posse lavrado em livro próprio.

§ 6º - Os Conselheiros não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem ao Paranacidade, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 8º - Ao Conselho de Administração do Serviço Social Autônomo Paranacidade compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - fixar as diretrizes de aplicação dos recursos do Paranacidade, ad referendum do Governo do Estado;

III - fixar, anualmente, de acordo com as disponibilidades do Paranacidade, o montante de recursos a serem colocados à disposição dos Municípios e agentes da Administração Direta e Indireta à disposição dos Municípios e agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;

V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática de atos concernentes às atividades operacionais do Paranacidade;

VI - fixar as condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários;

VII - definir critérios de utilização e repasse de recursos não reembolsáveis;

VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações do Paranacidade;

IX - aprovar a concentração de auditoria externa independente, quando for o caso;

X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política urbana;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros do Paranacidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração do Parana-

cidade.

Art. 9º - O Presidente do Serviço Social Autônomo Paranacidade é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), a quem compete superintender, controlar e avaliar as suas ações e atividades, nos termos de seus planos, programas, projetos, produtos e serviços, com observância do Contrato de Gestão de que trata a presente Lei.

§ 1º - O Presidente do Paranacidade não perceberá qualquer remuneração ou vantagem pelo exercício do cargo, que é considerado relevante para o interesse público.

§ 2º - O Presidente do Paranacidade tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

§ 3º - O Diretor de Operações e o Diretor de Administração e Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Presidente, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários previsto no artigo 16 desta Lei e terão competência para dirigir, coordenar e executar ações e atividades de natureza operacional e gerencial do Paranacidade, nos termos de seu Estatuto.

Art. 10 - As competências, as atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das unidades de caráter complementar do Serviço Social Autônomo Paranacidade serão definidas em Estatuto.

Art. 11 - O Serviço Social Autônomo Paranacidade, de que trata esta Lei, fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta Lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento Urbano, e o Paranacidade, por intermédio de seu Presidente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade e, também dos seguintes preceitos:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades e cargos do Paranacidade;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo Paranacidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e ativi-

dades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios próprios;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades de ensino e pesquisa a cargo do Paranacidade.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscrevem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Art. 12 - O Serviço Social Autônomo Paranacidade encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), que enviará ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Plano de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos com a prestação de contas dos recursos nele aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

Art. 13 - As ações do Serviço Social Autônomo Paranacidade, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, são exercidas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 14 - A Secretaria de Estado da Administração promoverá a redistribuição dos servidores estáveis do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) nos termos da legislação em vigor, após cumpridas as opções e formalidades previstas no artigo 15 desta Lei.

Art. 15 - O atual servidor em exercício no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) poderá ser aproveitado no Paranacidade desde que:

I - o requeira formalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da aprovação do Plano de Cargos e Salários;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especializa-

ção;

III - seja considerado de interesse do Paranacidade, a critério exclusivo da Comissão instituída para decidir sobre a matéria;

IV - se desvincule do Serviço Público, e, se for o caso, de qualquer outra atividade profissional remunerada.

Parágrafo Único - O aproveitamento mencionado neste artigo independe de seleção competitiva, podendo, no entanto, nos casos em que a Comissão considerar conveniente, se dar à vista de seleção interna de caráter eliminatório, com o objetivo de aferir do servidor qualificação mínima, para o exercício do cargo.

Art. 16 - A Diretoria Executiva do Serviço Social Autônomo Paranacidade promoverá, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua posse, a elaboração do Plano de Cargos e Salários, a ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Administração, o qual definirá e quantificará os cargos e funções necessárias, estabelecerá a política salarial e de benefícios dos empregados, e instituirá o plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

Parágrafo Único - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos, anualmente.

Art. 17 - O patrimônio do Serviço Social Autônomo Paranacidade será constituído:

I - pela universalidade de bens e do acervo oriundo do inventário procedido na forma do artigo 4º desta Lei, transferidos pelo Estado mediante cessão de uso;

II - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

III - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional;

IV - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao Paranacidade.

Art. 18 - Constituem receitas do Serviço Social Autônomo Paranacidade:

I - a remuneração pelo gerenciamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano que é, composto por:

a) valores correspondentes às amortizações dos créditos decorrentes do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Paraná Urbano, do Programa de Ação Municipal - PRAM, do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, dos empréstimos concedidos pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, conforme a Lei 9017, de 15 de dezembro de 1988 e dos que vierem a ser destinados ao Serviço Social Autônomo Paranacidade, de que trata esta

Lei;

b) rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Paranacidade no mercado financeiro;

c) produto resultante de juros e amortizações e aplicação dos recursos do Paranacidade;

d) produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizando para financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional;

e) aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

f) recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

g) outras rendas eventuais;

II - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras entidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

III - subvenções sociais que lhe transferir o Poder Público, nos termos do Contrato de Gestão;

IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiros, ou internacionais;

V - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

VI - recursos provenientes de fundos especiais;

VII - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

VIII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

IX - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis com exceção daqueles transferidos mediante cessão de uso, pelo Estado;

X - outros recursos que lhe venham ser destinados.

§ 1º - Das receitas financeiras mencionadas neste artigo, inciso I, será apropriado, mensalmente, valor necessário destinado à manutenção da instituição Paranacidade.

§ 2º - As condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras previstas neste artigo serão estabelecidas no Contrato de Gestão referido nesta Lei.

Art. 19 - Extinguindo-se o Serviço Social Autônomo Paranacidade, os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, salvo se lei especial prescrever destinação diferente.

Art. 20 - O Serviço Social Autônomo Paranacidade fará publicar no Diário Ori-

cial do Estado, Normas de Licitações próprias, para disciplinar procedimentos relativos às compras, alienações e contratos.

Art. 21 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Presidente do Serviço Social Autônomo Paranaidade, o Estatuto da entidade, uma vez efetuado o seu registro e celebrado o Contrato de Gestão previsto na presente Lei.

Art. 22 - O Serviço Social Autônomo Paranaidade poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar a sua missão institucional e cumprir os seus objetivos, atendidas as exigências constantes do Contrato de Gestão e do Estatuto referidos nesta Lei.

Art. 23 - As dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Estado e no Orçamento do Instituto de Assistência dos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAP), para o exercício de 1996, serão transferidas para o Serviço Social Autônomo Paranaidade, com a finalidade de assegurar a continuidade operacional das ações e objetivos do Instituto extinto e nos termos do Contrato de Gestão constante desta Lei.

Parágrafo Único - Os saldos das dotações referidas serão utilizados, após consumada a extinção do FAMEPAP, na abertura de créditos adicionais necessários ao atendimento do que dispõe o presente artigo.

Art. 24 - O Serviço Social Autônomo Paranaidade, por intermédio de sua Diretoria Executiva, promoverá no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, a consolidação da legislação estadual em vigor inerente ao desenvolvimento urbano e regional do Estado, e da assistência técnica e institucional aos Municípios paranaenses e de suas formas de financiamento e atendimento.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26 - Revogam-se as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) JOÃO TECHY.

##### REQUERIMENTO N° 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) JOÃO TECHY

##### REQUERIMENTO N° 266

SÚMULA: Requer conste na ata dos trabalhos de hoje, Voto de Congratulações ao Supermercado Tozetto, em nome dos Senhores Sergio Tozetto, Cesar Moro Tozetto, José Domingos Lievori, Ciro Tozetto e Sadi Domingos Lievori, pelos 45 Anos de existência do Supermercado citado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Voto de Congratulações ao Supermercado Tozetto, pelos 45 Anos de Existência do mesmo.

O Supermercado Tozetto é o Supermercado tradicional da cidade de Ponta Grossa. Gerenciado pelos próprios familiares, o Supermercado vem atendendo milhares de pessoas, com o carinho que o povo Pontagrossense merece.

Requer ainda, que a decisão desta casa, seja dada ciência ao Supermercado Tozetto, em nome dos Senhores Tozetto, Cesar Moro Tozetto, José Domingos Tozetto, Ciro Tozetto e Sadi Domingos Lievori, sito a Av. Monteiro Lobato, 1951 - Jd. Carvalho, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

##### REQUERIMENTO N° 261

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do município, os quais solicitam a implantação de uma lombada, bem como um acostamento na Av. Anita Garibaldi, em frente ao "Bailão Purkol". Ocorre que o local é muito movimentado, os veículos trafegam em alta velocidade, comprometendo a segurança dos transeuntes. Anexo seguem dois abaixo-assinados dos moradores. São dois problemas que vêm prejudicando toda a comunidade e que necessitam de providências urgentes, a fim de se evitar algum aconte-



cimento mais grave.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 262

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Município da Fazenda Rio Grande, os quais solicitam a implantação de um Módulo Policial na Praça Central. A concentração de pessoas nessa praça é muito grande e os assaltos ocorrem frequentemente, deixando toda a população muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Av. Manoel Ribas, em frente à Igreja das Mercês, tendo em vista que no local, existem os chamados "guardadores de carros", os quais vem causando uma série de problemas aos frequentadores da igreja, bem como a todas as pessoas que necessitam por lá transitar. Ficam ingerindo bebidas alcoólicas, discutindo com as pessoas e amedrontando a todos. Na última sexta-feira, dia 31/05, um veículo foi furtado e um desses guardadores entrou na Secretaria da Igreja, arrancando um aparelho telefônico. A situação apresenta-se crítica e toda a comunidade encontra-se com medo, uma vez que devido andarem bêbados, são agressivos. O problema ocorre durante o dia e à noite, necessitando urgentemente de uma solução.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 264

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Praça Oswaldo Cruz, entre a Rua Sete Setembro e Av. Visconde de Guarapuava - Centro. Ocorre que na praça há um posto de pagamento onde funcionários da Prefei-

tura Municipal de Curitiba recebem seus salários e no final do mês, acontecem muitos assaltos. O alvo dos assaltantes são principalmente os idosos e deficientes, que vão receber o salário com muita dificuldade e infelizmente acabam tendo todo o dinheiro roubado. Pede-se que o pedido seja atendido e que policiais circulem na praça especialmente nesses dias de pagamento.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 265

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de proceder uma melhor conservação na RP 376 Km 11, no trecho próximo ao n° 2375. Ocorre que as pessoas que ali residem encontram-se impossibilitadas de trafegar normalmente nesse trecho, tendo em vista a estrada apresentar muitos buracos e muitos outros problemas. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a Sra. Angelina Sari Licheski pelo telefone 283-2104.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### REQUERIMENTO N° 267

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEP, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes - DD. Ministro da Previdência Social e a Ilma. Sra. Sonia Garzino Barbosa - DD. Superintendente do INSS/PP expondo a situação dos aposentados rurais dos Municípios de Cerro Azul, Adrianópolis e Pio Branco do Sul solicitando que o recadastramento devido seja efetuado naquelas cidades através do correio ou de uma equipe especialmente enviada pela Superintendência deste Estado; bem como seja prorrogado o prazo para esse recadastramento.

São aproximadamente 800 (oitocentos) aposentados rurais em cada um desses municípios que devem recadastrar-se, segundo informações obtidas junto à Superintendência Regional.

Moram eles na zona rural, distante da sede da cidade e em locais de difícil acesso e localização, até mesmo para os responsáveis pelos Sindicatos Rurais.

São pessoas - homens e mulheres - humildes que trabalharam a vida toda na terra e que sequer sabem como guiar-se numa cidade grande como Curitiba, sendo para eles uma enorme e impossível aventura comparecerem, sozinhos, para serem recadas-

trados e entrevistados pessoalmente pela Superintendência Regional.

A aposentadoria que recebem, no valor de um salário mínimo, é totalmente comprometida para a sobrevivência mensal; por isso, uma viagem com acompanhante até esta capital torna-se impossível e desestrutura completamente o orçamento contado e já predestinado, normalmente, com remédios e alimentação.

Não há nas argumentações acima qualquer intenção de rebeldia ou descumprimento de normas impostas por esse Ministério e/ou Superintendência. Há apenas a constatação e a narração de uma realidade visível, inequívoca e cotidiana vivida por esses aposentados que sequer entendem, claramente, a necessidade que lhes está sendo imposta.

Todos concordamos, sem dúvida com a necessidade do recadastramento periódico, mas somos da opinião que este deve ser feito considerando as dificuldades enfrentadas por essas pessoas idosas e humildes, respeitando sempre a dignidade de quem passou sua vida trabalhando a terra.

Só no Município de Cerro Azul, por exemplo, são 400 (quatrocentos) aposentados rurais. Para trazê-los até esta Capital, na Superintendência, o Sindicato Rural teria que utilizar pelo menos durante uma semana - o ônibus que leva as crianças para a escola (uma vez que este é o único que a Prefeitura possui), deixando-as sem aulas. Teria ainda que trazê-los durante o frio inverno de madrugada, passando o dia nesta Capital, com dificuldades até mesmo para alimentá-los.

Em vista das razões expostas, e no sentido de sugerir uma maneira mais humana e sensível de efetivar-se o necessário recadastramento dentro dos municípios onde moram os aposentados (seja através da agência do Correio, seja através do Posto do INSS ou ainda através do deslocamento de técnicos da Superintendência Regional, sediados nesta Capital), é que apresenta, este Parlamentar, o presente requerimento, para o qual espera contar com o apoio dos nobres pares.

O expediente requerido deve ser enviado para os seguintes endereços:

Ministério da Previdência Social - Exp-lanadas dos Ministérios - Bloco F - 9º andar - Cep. 70.050-900 Brasília/DF e,  
Superintendência do INSS/PR - Rua João Negrão, nº 11 - 5º andar - CURITIBA/PR.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) RICARDO CHAB.

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 240/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiro da Costa, com sede e foro na cidade de Foz de Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.96

(a) NELSON TUFECK.

## JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil sem fins lucrativos, congrega os moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiro da Costa a um trabalho integrado de estímulo à solidariedade e ao espírito comunitário.

Fundada em 08 de maio de 1985, desde essa data realiza profícuo trabalho no seio da comunidade, consoante disposições estatutárias.

Reconhecê-la de Utilidade Pública implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação no campo da beneficência, no estímulo à melhoria de condições e de atendimento às justas reivindicações dos seus integrantes.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declare-a de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão e com satisfação, anuncio em nosso meio os nobres colegas do vizinho Estado de Santa Catarina, Deputado Wilson Wan-Dall, nosso futuro Prefeito de Blumenau e do Deputado Gervásio Maciel, que é Secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e ao nosso representante junto com o Deputado Orlando Pessuti, na representação da UPI, com a nova organização que está surgindo.

E com satisfação que temos no nosso meio, estas duas figuras, que sempre quando as delegações do Paraná lá vão, eles os acolhem com espírito catarinense que é predominante naquele povo irmão.

Com satisfação, anuncio também a presença de Eni Volitalini, ilustre Deputado do Município de Joinville.

Também do Deputado Pirajá Ferreira, nosso candidato à Prefeito de Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá a leitura do Ofício dirigido a esta Casa pelo Presidente do Tribunal de Contas.



## TRIBUNAL DE CONTAS

Of. n° 2.513/96

Curitiba, em 05 de junho de 1996.

Senhor Presidente.

Em atendimento à respeitável solicitação originária de Vossa Excelência, tenho a honra de comunicar que a análise preliminar da Prestação de Contas do Município de Morretes, do exercício financeiro de 1995, revelou a existência de várias irregularidades contábeis e administrativas, conforme Instrução n° 776/96-DCM, de 18 de abril de 1996, de fotocópia anexa.

O Município, no entanto, quando solicitado, não encaminhou qualquer esclarecimento, revelando descaso e desinteresse para com as questões levantadas, além de não se utilizar da faculdade prevista no artigo 5°, inciso LV, da Constituição Federal.

Em face disso, foi elaborado exame conclusivo da referida Prestação de Contas, que conclui pela sua não aprovação, à luz da Instrução n° 927/96-DCM, de 13 de maio de 1996, anexa.

Peitro a Vossa Excelência, a segurança do meu profundo respeito.

Cordialmente

(a) APTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente

Exmo.Sr.

Deputado Anibal Khury

Presidente da

Assembléia Legislativa

N/CAPITAL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo Oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PMDB.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós logo mais hoje, estaremos tomando uma decisão extremamente importante, para esta população que aqui comparece, e que tem grandes expectativas para que esta Casa aprove ainda hoje esse Decreto, que vai dar fim a esta situação de penúria que está vivendo o Município de Morretes.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não basta apenas que se nomeie o interventor para que este possa restabelecer o princípio da moralidade, da economicidade, da boa gestão da coisa pública.

É necessário também que o Governador Jaime Lerner tenha a mesma sensibilidade que teve o Presidente, Deputado Anibal Khury que mandou recursos para o Município de Morretes.

O que precisa é se nomear o interventor, mas junto com esse interventor, dar recursos para pagar os 8 meses de salários

atrasados, de se pagar as despesas e contas que o Município fez com os fornecedores locais, e que não estão sendo honrados, porque senão é só uma panacéia, é só um faz de conta, nomear o interventor e não dar recursos para que este interventor possa sanear a situação de penúria que vive a Prefeitura de Morretes é absolutamente inócuo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados e especialmente o Líder do Governo aqui, Deputado Algaci Túlio.

Creio Deputado, que o Governador Jaime Lerner deve estar ciente das responsabilidades que pesam sobre ele, pela expectativa dessa população que aqui comparece, que vem em massa, que representa os setores organizados da sociedade morretense, e que todos nós aqui, que nos acostumamos ir ao nosso litoral, ir à nossa Morretes, à nossa Antonina, nas tardes de domingo, nas manhãs, passearmos, buscamos um conforto espiritual quando estamos angustiados, também possamos ter a responsabilidade de saber que aquela população, que aqui comparece hoje pelos seus representantes têm grandes expectativas, não só para que se possa, na verdade, se resolver essa situação emergente, mas também que se façam investimentos para que o Município de Morretes possa caminhar com as suas próprias pernas.

Quero inclusive, ressaltar aqui o trabalho que foi realizado pelo Deputado Neivo Beraldin, quando junto com esta Casa criou a Lei dos Royalties Ecológicos, que garante uma transferência maior de recursos para o Município de Morretes e a receita de Morretes com o ICMS é uma boa receita.

E, tenho certeza que nós vamos ter um termo, na medida que o Governador nomeie o interventor, mas que também esse interventor leve dinheiro para a Cidade de Morretes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quero ainda, aproveitar a tribuna, nesta manhã, para fazer um pequeno comentário. Um comentário sobre a ida do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, que levou, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Morretenses aqui presentes, levou para passear em Istambul, na Turquia, um ônibus, desses grandes, um biarticulado, levou duas estações tudo, tudo por conta do povo de Curitiba.

E o Prefeito ligou aqui, para um jornalista da cidade e disse que estava exultante, estou aqui no hotel, aonde se hospedou a Ágata Cristi, quando escreveu o livro O Oriente Expresso.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Cidade de Curitiba tem problemas

gravíssimos. Nenhuma das obras realizadas pelo atual Prefeito e pelo ex-Prefeito, foram selecionadas pela direção desse Congresso Mundial, sobre assentamentos urbanos. Nenhuma obra. E, o Prefeito leva uma comitiva de trinta pessoas, passear em Istambul à custa do dinheiro público da população mais pobre do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é por isso que o Paraná tem essas contradições.

Enquanto a população Morretense passa as maiores dificuldades, o funcionalismo público, o Prefeito Municipal de Curitiba vai desperdiçar dinheiro indo passear deslumbrado com Istambul.

Nós temos que dar um basta nisso. Não é possível que nós assistamos esse triste espetáculo de uma "Ópera Rufa", onde o Prefeito se acha acima do bem e do mal, acha-se, na verdade, detentor do poder de um príncipe, porque ele vê Curitiba como se fosse o seu castelo e todos nós os seus súditos.

Acho, que a população curitibana tem que fazer como a população morretense, tem que dar um basta ao desmando, tem que ter a coragem de dar um soco na mesa e pedir que tudo isso acabe. É claro, aqui faremos isso no dia 03 de outubro.

Mas, hoje, é fundamental que esse exemplo de Morretes, que está aqui nesta Casa, seja ele também aproveitado e apropriado pelos curitibanos.

Porque, é com movimento assim que a gente muda a história da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL, PTB, PT, PDT, PSDR, Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Comunidade de Morretes que aqui vem esta manhã para acompanhar a Sessão, na expectativa de que esta Casa possa votar aquilo que é o desejo da comunidade, a intervenção no Município de Morretes.

Quero, inicialmente, dizer Senhor Presidente, Senhores Deputados que o Governador Jaime Lerner, está empreendendo um trabalho bastante grande em prol do Estado do Paraná, no seu todo.

E, ainda, anteontem nós tivemos no Palácio Iguaçu, num extraordinário esforço conjunto do Governo do Estado, dos municípios paranaenses, a materialização de mais 60 Vilas Rurais.

Projeto que, evidentemente, não tem a intenção de fazer a reforma agrária no Brasil. Mas que é um passo importante dado, pelo governo do Estado, no sentido de

evitar o êxodo rural. De possibilitar o pequeno agricultor, o seu espaço de terra, onde ele possa plantar, para a sobrevivência da sua família e o excedente, ele possa comercializar via uma cooperativa, da maneira melhor que ele entender.

São 57 novos municípios e a compra de 800 alqueires de terra. Quatro mil famílias de bóias-frias serão beneficiadas. São quase vinte mil pessoas, mais que a população de cada um dos 244 municípios, entre os 371, no Estado do Paraná. São mais cinco milhões e quinhentos mil reais aplicados nessa parceria, entre o governo do Estado e as prefeituras. 1,7 milhão, dos municípios e 3,8 milhões, do governo do Estado, partem como sua participação de compra de terras, para o programa; parte da forma de financiamento para os municípios.

Para as obras de infra-estrutura e de moradias mais vinte milhões terão a partir de agora, investidos nestas 57 vilas rurais.

Daqui a quatro ou cinco meses todas essas quatro mil famílias começarão uma vida nova, que segundo o próprio depoimento dos que já moram nas vilas existentes, nunca mais esperavam alcançar.

É o Projeto da Vilas Rurais implantado pelo Governador Jaime Lerner e, que nós temos certeza, que vai procurar segurar um pouco mais o homem, lá no campo.

Municípios de: Alta Paraná, Albapora, Apucarana, Arapoti, Astorga, Caçeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Campina da Lagoa, Castro, Catanduvas, Chopinzinho, Corumbataí do Sul, Dois Vizinhos, Farol, Faxinal, Fênix, Grandes Rios, Ibioporã, Iguaçu, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Ivaiporã, Jaguariaíva, Jariópolis, Jesuítas, Laranjal, Luanda, Mangueirinha, Manoel Pibas, Mauá da Serra, Nova Londrina, Nova Prata do Iguaçu, Nova Tebas, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Palmeira, Palmittal, Pitangueiras, Querência do Norte, Quinta do Sol, Reserva, Rolândia, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Tomé, Siqueira Campos, Teixeira Soares, Terra Pocha, Tibagi, Toledo, Ventania e Iverê, que aderiram ao convênio com o governo do Estado, para implantação de novas vilas rurais.

Ontem, o Governador do Estado ampliou o serviço de atendimento ao SIAT - serviço médico de atendimento à população, nos casos de traumas.

O SIATF, que presta atendimento à pessoas em situação de emergência, iniciando-se por vítimas de traumas, garantindo-lhes um suporte básico de vida, no local da ocorrência.

O SIATF, até o presente momento estava operando apenas em Curitiba, desde o dia

25/05/90. Atendendo uma média de novecentas ocorrências-mês, com uma notável concentração nos finais de semana.

Agora, está melhor organizado. Dezesseis ambulâncias, 23 médicos, 115 socorristas, 02 enfermeiros, 01 auxiliar de enfermagem, 2 auxiliares administrativos, que compõem o SIAT.

Curitiba, ontem, ganhou mais quatro ambulâncias, três médias e uma pequena e o material médico para atendimento.

Londrina, em condições imediatas, de início das atividades, recebeu, ontem, das mãos do Governador, seis ambulâncias, uma grande, quatro médias e uma pequena, material médico para atendimento, instalações físicas, pessoal treinado e contratado.

A Cidade de Foz do Iguaçu, em condições, também imediatas, de início de atividades, cinco ambulâncias - uma grande, três médias e uma pequena, material médico para atendimento, pessoal treinado e contratado, instalações físicas.

São José dos Pinhais, início para atividades previstas para o final do mês de julho, quatro ambulâncias, uma grande, duas médias e uma pequena, material médico para atendimento, instalações físicas em processo final de instalação, médicos selecionados em fase de contratação.

Este é também um avanço dado pelo Governador Jaime Lerner.

Ontem em Londrina, o Governador Jaime Lerner foi recebido com muita festa no aeroporto de Londrina pela vice-Governadora Emilia Pelinati, pelo Prefeito Luiz Eduardo Cheida do PT, diversas autoridades locais e comunidade.

O Governador esteve ontem acompanhado pelo Secretário de Segurança Pública Cândido M. de Oliveira, para o lançamento da pedra fundamental da Usina do Conhecimento - um Projeto pioneiro do Governo do Estado, que será construído no conjunto Parigot de Souza na Cidade de Londrina.

Agora pela manhã o Governador do Estado retorna ao interior e hoje, às 10:00 horas, vai entregar diversas obras construídas pelo governo do Estado na Reserva Indígena de Mangueirinha, obras integradas a um Plano de Ação Ambiental inédito que visa preservar a maior área nativa de florestas alóctias do mundo através do resgate da cultura, das sociedades indígenas, e serão entregues aos índios, a dois Centros de Cultura indígena, 3 postos de fiscalização totais e 4 viveiros florestais.

É esta a atividade do governo do Estado no interior, procurando evidentemente melhorar, ampliar e modernizar o Estado do Paraná.

Queria dizer ao Deputado Romanelli,

que o que fez o Prefeito Rafael Greca de Macedo, foi na verdade mostrar ao mundo a qualidade do nosso Transporte Coletivo, o melhor Transporte Coletivo do mundo está aqui na Cidade de Curitiba.

E a ida do Ligeirinho a Istambul não foi custeada pela Prefeitura de Curitiba, foi um pool de empresários, organizações da própria empresa construtora do Ligeirinho, da empresa construtora da estação tubo que arcaram com a despesa e levaram de avião o Ligeirinho e duas estações tubos para Estambul, para mostrar lá o que é aplicado no Transporte Coletivo em Curitiba.

E o que é gasto em Curitiba não tem nada a ver com a situação de Morretes, uma coisa é uma e outra coisa é outra, não tem nada a ver, absolutamente nada.

O que nós temos na verdade é ajudar a resolver o problema da Cidade de Morretes, independente do que Curitiba gasta lá no exterior, ou gasta com as obras que são feitas na Cidade de Curitiba, a revolução feita nessa cidade, a modernidade que eu tive o prazer de juntamente com o Prefeito Jaime Lerner implantar nesta cidade quando fui vice-Prefeito e depois na sequência o Prefeito Rafael Greca de Macedo.

E tenho certeza, o povo de Curitiba não quer mudança na cidade, quer continuidade de trabalho, continuidade de administração, continuidade de responsabilidade e acima de tudo de respeito ao povo dessa cidade.

E por isso tenho certeza no dia três de outubro não vai mudar, o povo vai continuar votando nos candidatos evidentemente apoiados pelo Prefeito Rafael G. de Macedo, pelo Governador Jaime Lerner, pelo Deputado Algaci Túlio, vai evidentemente conduzir a Prefeitura um homem da continuidade, um homem que ajudou evidentemente a plantar esta cidade também que é o companheiro Cássio Taniguchi.

Quero dizer ao povo Morretense da nossa expectativa, do nosso apoio, da nossa solidariedade, e sabemos, que será o Governador Jaime Lerner, após a votação e aprovação neste Plenário da intervenção, a responsabilidade de indicar o interventor e procurar viabilizar uma melhor situação para os funcionários públicos de Morretes, para a cidade e para o povo daquela comunidade.

E nós estaremos procurando auxiliar neste sentido.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se

à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 049/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas pertinentes ao sanitário animal no Estado do Paraná. **A Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Mensagem n° 050/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, dando ciência a essa Casa, que foi expedido o Decreto n° 1.641, de 08 de março do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 051/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 052/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n° 01, de 02 de agosto de 1972, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCPR, órgão integrante da Secretaria de Estado da Fazenda. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 053/96, subscrita pelo Sr. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando projeto de lei destinado a institucionalizar as atividades do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei n° 8.917, de 15 de dezembro de 1988. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 2.513/96, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunicando que a análise preliminar da Prestação de Contas do Município de Morretes, do exercício financeiro de 1995, revelou a existência de várias irregularidades contábeis e administrativas, conforme Instrução n° 776/96-DTM, de 18 de abril do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Requerimento n° 269 de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente, solicitando a realização de uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão ordinária. **Aprovado.**

Requerimento n° 270 de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente, requerendo a diminuição de in-

terstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo n° 007/96, de autoria da Comissão Executiva. Aprova intervenção do Estado no Município de Morretes, pelo prazo de 60 (sessenta dias). **COM PARECEP FAVORÁVEL DA C.F. (Publ. no D.A. n° 03, de 26.02.96).**

COMISSÃO EXECUTIVA  
PROPOSIÇÃO N° 48/96

P A R E C E R:

### Relatório

Oriunda da Mensagem Governamental n° 037/96, quando o Poder Executivo encaminha à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para apreciação e aprovação, nos termos do art. 20, inciso II e §§ 1° e 2°, o Decreto n° 1.712 e com base nas disposições do art. 87, inciso IX da Constituição Estadual, a intervenção do Estado no Município de Morretes, pelo prazo de 60 dias, a fim de que o interventor a ser nomeado providencie a prestação de contas do município, referente ao exercício de 1995, ao Tribunal de Contas do Estado.

### Fundamentação

A não observância pela Prefeitura Municipal de Morretes ao disposto no art. 20, inciso II, da Constituição Estadual do Paraná, determinou a solicitação pelo Egrégio Tribunal de Contas, através da Resolução n° 4.206/96, que resolveu indeferir o requerimento do Senhor Prefeito Municipal de Morretes solicitando prorrogação de prazo para prestação de contas do exercício de 1995 e determinar o envio de ofício ao Senhor Governador comunicando a ocorrência, originando a Mensagem Governamental supracitada.

### Conclusão

Esta Comissão Executiva chamada a opinar entende que a solicitação governamental está bem embasada sob o aspecto legal, constitucional e regimental, razão pela qual apresentamos parecer favorável na forma do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.06.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo n° 007/96 acompanhando também do Relatório do Tribunal de Contas. Aprova intervenção do Estado no Município de Morretes pelo prazo de 60 dias. **PARECEP FAVORÁVEL.** Em

votação. Em discussão. Aprovado.

Determina a publicação no Diário Oficial da Assembléia para que se produza os efeitos de Lei.

O SR. FLOPISVALDO FIEP (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs de Morretes, Srs. Vereadores.

Como a comunidade de Morretes aqui presente está impossibilitada de usar da palavra, como Deputado Estadual, espero ser o porta voz e agradecer ao Presidente Anibal Khury e todos os seus Parlamentares por terem acabado de aprovar a intervenção no Município de Morretes. Nós sabemos que esse era o anseio e o desejo de cerca de 70, 80 e 100% da população daquele município.

Esperamos que o Governador Jaime Lerner, agora, rapidamente, nomeie um interventor, que possamos junto com esse interventor, toda esta Casa, todos nós Deputados e mais a comunidade, resolver os problemas de Morretes.

Muito obrigado Senhores Deputados, obrigado Senhor Presidente. Sei que a comunidade morretense volta alegre e satisfeita hoje com esta Casa para àquela localidade. Mas aquela comunidade vai ter que continuar ainda acompanhando a ex-administração e a próxima, que esperamos que seja ótima, que faça com que todos os morretenses adquiram de volta seu direito à saúde, educação e ao bem-estar que não estavam tendo.

Obrigado! E agora está aprovado!

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero nesta oportunidade me congratular com essa Casa de Leis. A Assembléia Legislativa dá neste momento, um exemplo de maturidade, de independência, demonstrando realmente que os cara pintadas de Morretes tiveram voz e efeito. Por essa razão cumprimento também o Deputado Rosinha, pela iniciativa e acho que esse exemplo que a Assembléia Legislativa dá na data de hoje, um exemplo histórico, deve não só servir para o Município de Morretes, do qual re orgulho de representar. Mas para todo o Estado do Paraná, no momento em que se busca a integridade da classe política, nós vemos aqui uma afirmação de que esta Casa, é efetivamente séria e através do Poder da Mesa Executiva, dá uma demonstração de firmeza, demonstrando de que todos juntos podemos errar o menos possível.

Parabéns a esta Casa, parabéns a Morretes, e especialmente a Mesa Executiva, pela firmeza, pela rapidez, com que atendeu, pela presteza com que atendeu ao povo de Morretes.

Muito obrigado!

ITEM 02

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 085/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara o dia 27 de outubro de cada ano, como sendo o Dia do Policial Rodoviário Paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. (Aprovado o Substitutivo Geral).

ITEM 03

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 124/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio Azul, com sede e foro no Município de Pio Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO. Aprovado.

ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em Município de baixa renda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04, de 27.02.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 16/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo instituir incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda.

Chamada essa Comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada foi encontrado que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 016/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo instituir incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda.

Sobre a matéria, constatamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto legal, constitucional e de téc-

nica legislativa.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, não encontrou nenhum impedimento, quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.96.

(aa) DIRVAL AMARAL

Presidente

DIVILIO GENAPI

Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/96, de autoria do Deputado Albanor José Ferreira Gomes, que autoriza o Poder Executivo a instalar no Município de Araucária uma Delegacia da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.R. e S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 11.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 51/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Albanor Gomes, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, a instalar em Araucária uma Delegacia da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Na análise do referido Projeto, por tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

CARLOS SIMÕES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 051/96

P A P E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 051/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar em Araucária uma Delegacia da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Na análise do referido projeto, por tratar-se de medida meramente autorizatória, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) DIRVAL AMARAL

Presidente

GERALDO CARTÁPIO

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 051/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Albanor José Gomes, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Araucária - PP.

Salvo melhor juízo, nosso parecer é favorável ao referido projeto de lei, eis que, conforme apontado na própria justificativa do mesmo, o crescimento populacional e a própria complexidade sócio-econômica da cidade em tela de há muito já demonstrariam a necessidade de instalação de tal Delegacia Especializada, sendo irrepreensível a iniciativa do nobre Par, Deputado Albanor Gomes, ex-Prefeito daquele importante município.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) RICARDO CHAP

Presidente

ANGELO VANHOMI

Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/96, de autoria do Deputado César Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Luiz Carlos Borges da Silveira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18, de 19.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 069/96

P A P E C E R:

De autoria o nobre Deputado César Seleme, o Projeto de Lei nº 069/96, visa conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao eminente Doutor Luiz Carlos Borges da Silveira.

Nascido na Lapa, médico de profissão, Deputado Federal Constituinte e Ministro de Estado da Saúde, o cidadão Luiz Carlos Borges da Silveira, atende todos os quesitos legal e pessoal para ser agraciado por esta Casa e por este Estado, através da Comenda e Título Honorífico de Cidadão Benemérito, por suas ações desenvolvidas em grau elevado em benefício do Estado e da sociedade paranaense.

Somos de parecer favorável à tramitação da matéria, nos limites desta Comissão.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Voluntariado da Saúde do Guabirota, com



sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 40, de 16.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 134/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Algaçi Túlio que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Voluntariado da Saúde do Quabiro tuba, com sede e foro nesta Capital.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

IFONDI PUGLIESI

Pelatora

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 149/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 039/96, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria da Fazenda, sob a forma de Sociedade Anônima, denominada Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba e com capital social no valor de R\$ 900.000.000,00, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EMENDA DA C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 46, de 23.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 149/96

P A P E C E R:

Vem à análise desta Comissão de Constituição e Justiça, o presente projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a constituir, sob a forma de sociedade por ações, a Paraná Investimentos S.A., que terá sede em Curitiba e capital social no valor de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais).

O início do processo legislativo da medida é feito pelo Governador do Estado, através da Mensagem n° 039/96, de 22 de abril de 1996, respaldado na competência privativa que lhe é reservada pelos arts. 66, inciso IV, e 87, inciso IV, ambos da Constituição Estadual.

É importante frisar o fato de a proposição atender, no plano de sua instrumentalização legal, a exigência contida no art. 17, no inciso XVIII, da Carta do Estado, segundo o qual:

"XVIII - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e

fundações públicas;".

Por outro lado, merece ressaltar que a medida define de maneira clara e precisa, as atribuições, estrutura, montante do capital social e as formas de subscrição da sociedade por ações Paraná Investimentos S.A., cujo advento constitui objeto deste projeto de lei.

Finalizando, é bom lembrar que o projeto contém dispositivo expresso (art. 7°) no sentido de que o Estatuto Social da entidade elaborar-se-á como não poderia deixar de ser, em restrita observância às normas da Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua inteira aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.96.

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente

VALDIR FOSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 149/96

P A P E C E R:

O presente projeto de lei oriundo do Poder Executivo tem por objetivo autorizar a constituir uma empresa vinculada à Secretaria da Fazenda, sob forma de Sociedade Anônima, denominada Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba e com capital social no valor de R\$ 900.000.000,00 conforme especifica.

Após receber parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão de Finanças, é chamada a analisar tal matéria.

Sendo assim, e por não encontrar óbice que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis, manifestamo-nos favoravelmente ao presente projeto de lei, com a Emenda Aditiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.96.

(aa) DIRVAL AMARAL

Presidente

ELIO RUSCH

Pelator

EMENDA ADITIVA ao  
PROJETO DE LEI N° 149/96

Altera a redação do Artigo 9° do presente projeto de lei, conforme segue:

"Artigo 9°- Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as adaptações orçamentárias decorrentes da implementação do disposto nos arts. 2° e 8° desta lei, "ad referendum", da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Comissões, em 04.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
ÉLIO RUSCH  
Relator

Em votação.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para Encaminhar) -  
Sr. Presidente, Srs. Deputados senho-  
res visitantes.

O Projeto de Lei nº 149/96: "Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria da Fazenda sob a forma de sociedade anônima, denominada Paraná Investimentos". Na data de hoje nós estamos discutindo a sua constitucionalidade. Nós tivemos analisando o Projeto no que diz respeito a constitucionalidade, bem como, analisamos também o parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça na data de ontem. O Parecer assinado pelo Relator Deputado Valdir Rossoni não faz meramente uma análise da sua constitucionalidade, mas inclusive faz uma análise no que diz respeito ao mérito. Uma de suas frases diz que "merece ressaltar que a medida define de maneira clara e precisa as atribuições, estrutura e montante de capital social".

Nós queremos dizer que o projeto não define nenhuma estrutura em nenhum de seus artigos. Quando vamos analisar o que diz respeito, por exemplo, a parte administrativa, o Artigo 5 simplesmente cria um conselho, o Artigo 6 estabelece que o Governo do Estado está criando uma empresa que não tem nenhum funcionário de carreira nesta empresa. Se não tem funcionário de carreira diz que vai assinar convênio para requisitar funcionários de outras secretarias, quer dizer, não define na lei a estrutura, apesar do Deputado Rossoni dizer que define a estrutura.

Portanto é uma empresa que, não tendo funcionários não terá profissional competente contratado para atuar no mercado de ações ou no mercado de investimentos como deseja o Governador, como deseja esta Casa de Leis e como deseja a população. Vai ser provavelmente um local de cabide de empregos, uma vez que não tem funcionários, vai ter convênio para se contratar da maneira que se deseja.

Ainda estabelece no seu Artigo 7 que o estatuto será feito pelo conselho, e o conselho será constituído só por Secretários, e não estabelece como estrutura nenhum órgão fiscalizador dessa empresa, porque se o estatuto definir que a fiscalização será "intra corporis" lá ela permanecerá e não terá nenhuma outra estrutura externa. Ainda no que diz respeito ao Artigo 9 que a Mensagem enviada ao Projeto é inconstitucional. "Fica o Poder Executivo autorizado a conceder as adaptações orçamentárias decorrentes da implementação da presente lei".

Ora, Senhores Deputados, isto fere frontalmente o Artigo 167, Inciso 6º da Constituição, diz o artigo que há necessidade de especificar quais recursos sofrerão transposição, remanejamento ou transferência de uma categoria de programação para a outra ou de um órgão para outro. Isto não é definido no Artigo 9, não se estabelece transposições, se generaliza, e, generalizando pode ser mudado o orçamento de toda a administração direta e indireta. E mais, além de ferir o Artigo Constitucional, ainda fere a Lei 4.320/69, lei federal que dispõe sobre o orçamento.

E, ontem levantei na Comissão de Constituição e Justiça a necessidade que tal projeto deveria ser analisado pela Comissão de Finanças, como membro dessa Comissão de Finanças, quero dizer a todos os Deputados não fui convocado para reunião nenhuma. Isso é golpe. Sou membro dessa Comissão e não fui convocado. Isso não se faz, não é porque a Bancada que tem a maioria, a Bancada de sustentação do Governo tem que passar por cima das oposições, não convocando sequer o membro para a Comissão de Finanças. Essa Comissão se reuniu na Liderança do Governo, na hora que nós chegamos lá o pessoal estava colhendo as assinaturas e nós fomos convocados como membro dessa Comissão. Não sei em nenhum instante desta Assembleia ontem até às 18 horas e esta reunião deu-se antes disto. Isto é um desrespeito a este Parlamentar e desrespeito às Bancadas de Oposição.

Portanto, não se deve fazer por corredores ou qualquer outro setor porque há discordância no projeto. Neste sentido nós encaminhamos contrário a aprovação hoje, uma vez que entendemos como inconstitucional. Quanto ao mérito a Bancada do Partido dos Trabalhadores se reunirá e fará uma análise mais profunda, além daquilo que abordei hoje.

Mas aqui fica o meu protesto, como Parlamentar que não me ausentei na tarde de ontem desta Casa e a reunião aconteceu ontem porque assim que cheguei no Gabinete foi telefonado para lá com o recado: a reunião da Comissão de Finanças que seria amanhã - que seria hoje - foi suspensa, Posinha, você não precisa ir. Este foi o telefonema do Sr. Secretário daquela Comissão. Isto é um protesto que faço ao Presidente daquela Comissão, Durval Amaral, que ele sabe onde fica o Gabinete e eu não me ausentei desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. AUGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Posinha disse que a Comissão se reuniu na Liderança do Governo. O que é importante esclarecer que



no momento que a Comissão se reuniu para fazer o Parecer a respeito do Projeto na Ordem do Dia, o Deputado Rosinha, se não me engano, estaria no Plenarinho da Assembleia reunido com os companheiros Vereadores de Morretes.

A Comissão desceu depois sim até a Liderança do Governo para nós estudarmos juntamente com o Chefe da Casa Civil analisamos a colocação da emenda que está anexa hoje ao Orçamento. Não houve em hipótese alguma nenhuma reunião da Comissão na sala da Liderança do Governo. Quero deixar bem clara esta posição.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Se a reunião não foi na Liderança do Governo, este Deputado não se ausentou e não foi convocado para nenhuma reunião. Se estava eu no Plenarinho, bastava me convocar que eu subia imediatamente, que sei que os companheiros e a população de Morretes compreenderia a urgência da minha saída naquele instante.

Não fui convocado. Isto é golpe.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na Comissão de Justiça, fui um dos Deputados que declinei inclusive favorável ao Deputado Romanelli para que o mesmo tivesse mais tempo para estudar este projeto. Mas com toda honestidade nós não podemos fugir da verdade e a verdade é que na Comissão de Finanças, a qual integro em nome do PTB, na sessão anterior da semana passada o Deputado Rosinha já não se fez presente e na de ontem nós nos reunimos na sala que sempre nos reunimos que é na Comissão de Justiça e lá estava presente o Deputado Albanor, o Deputado Durval, como Presidente, o Deputado Elio Busch, Deputado Miltinho Puppio, do PPT e este Deputado do PTP.

Como havia número suficiente, o que sempre acontece nas Comissões é que havendo número suficiente não se vai buscar mais ninguém. Sempre foi, Dr. Rosinha, este é o princípio. Tanto é que quando eu não vou, ninguém vai atrás de mim. Ninguém vai me buscar, porque o Deputado tem que ter responsabilidade com aquilo que foi indicado para representar o Partido. Nunca ninguém me buscou em lugar nenhum.

Por isso, Dr. Rosinha, com todo o respeito, mas para preservar a Comissão de Finanças que aqui não está presente o seu Presidente, o Deputado Durval, é que nós tivemos que falar aqui a verdade.

Aproveitando, Sr. Presidente, para dizer que este projeto é de interesse de todos nós que somos paranaenses e que temos a responsabilidade de conseguir uma boa administração, tanto é que a Orosição também está votando a favor.

Fica isto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, embora fique solidário ao Deputado Florisvaldo Fier, se ele não foi convidado ele tem razão de protestar, quero referendar as palavras do Deputado Geraldo Cartário que mesmo não sendo membro da Comissão de Finanças e como havia levantado uma série de questões da Comissão de Justiça, o Deputado Geraldo Cartário me convidou a ir à reunião da Comissão de Finanças.

Então de fato a reunião foi realizada, foi absolutamente regulamentada, quero testemunhar isso e dizer que sou solidário ao Deputado Florisvaldo Fier se ele não foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este problema está decidido. É um problema interno da Comissão de Finanças.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, ontem tendo em vista o interesse da Casa para que se votasse este Projeto de Lei e em entendimento com a Mesa Executiva, marcamos uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças, determinei desta forma ao Secretário da Comissão de Finanças que convocasse todos os Parlamentares para logo após o encerramento da Sessão Ordinária pudessemos nos reunir extraordinariamente. Esta convocação foi feita, nós tivemos quórum de 5 Parlamentares presentes, o Deputado Dr. Rosinha não estava presente e me disse aqui agora que não foi convocado, não se trata de falha da Presidência que tem tido um comportamento isento de qualquer prejuízo a qualquer Deputado nesta Casa e efetivamente me fizeram chegar que o Deputado Rosinha não estava presente naquele momento havia visto que ele estava atendendo a comunidade e Vereadores de Morretes e efetivamente não cabe a nós julgar.

Feito o esclarecimento acredito que a reunião existiu, houve na sala das Comissões logo após o Plenário, não havendo mais nenhuma explicação a ser dada por parte desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 149/96. Aprovado, com voto contrário do PT e do Deputado Romanelli.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que altera a Redação do Art. 1º da Lei nº 8.404, que Declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal - AFISSUR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. nº 54, de 07.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 157/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.404, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fisurado Lábio-Palatal - ARTISSUP.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATTI - Relator

ITEM 10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/96. Autoria do Deputado Edno Guimarães, que Declara de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e Adolescência - FPIA, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. nº 54, de 07.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 160/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Edno Guimarães visa declarar de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e Adolescência de Formosa do Oeste.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 21.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDY PUGLIESI - Relatora

PROJETO DE LEI Nº 160  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e Adolescência - F.P.I.A., com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.05.96

(aa) JOSÉ TAVARES

Presidente

IRONDY PUGLIESI

Relatora

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria apenas de anunciar - já havia sido convocada - uma reunião para discutir a regulamentação do artigo 205, da Constituição Estadual para as 9:30 da manhã de hoje. Ela está sendo realizada na Sala das Comissões, e como a reunião desta tarde foi antecipada para a manhã, acabou acontecendo esta reunião paralela à Sessão Plenária. Nós estamos lá com a presença dos Deputados Renato Adur, Ironi Pugliesi, José Maria, Pasílio Zanusso, Péricles e este Deputado.

Então, apenas para comunicar que nós participávamos exatamente porque esta reunião já havia sido chamada anteriormente e não era possível desmarcar tendo em vista que as pessoas se deslocaram do interior para fazer parte desta Reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 261, 262, 263, 264 e 265, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 266, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do solicitado.

Requerimento nº 267, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 259, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Toranelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Deputados para a Sessão Extraordinária, a realizar-se após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 051, 069, 134, 149, 157 e 160/96.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366, 338, 347, 449, 458 e 554/95, e  
160/96. 038 e 088/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs

Levanta-se a sessão.